



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA



COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO  
DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

## DIRECTIVA CONJUNTA

**Assunto:** Uniformização de procedimentos funcionais entre os Magistrados do Ministério Público interlocutores e as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens.

Não obstante o teor das Circulares nºs.1/2001, de 25 de Janeiro, e 3/2006, de 20 de Março, ambas da Procuradoria-Geral da República, a função de acompanhamento e fiscalização da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens<sup>1</sup>, imposta por lei ao Ministério Público – cf. Art.72º., nº.2 da LPCJP, aprovada pela Lei nº.147/99, de 1 de Setembro – vem sendo entendida de modo substancialmente diverso pelos respectivos Magistrados interlocutores, daí decorrendo uma multiplicidade de formas, conteúdos e tempos na expressão prática de tal função.

De igual modo, e não obstante as competências de acompanhamento e apoio às CPCJ legalmente atribuídas à Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco – cf. arts.30º e 31º da LPCJP - também o exercício da actividade das Comissões regista divergências, quanto à forma e ao conteúdo, que urge ultrapassar.

Procura-se, pois, por esta via, eliminar assimetrias e constrangimentos reconhecidamente existentes, bem como uniformizar critérios e procedimentos, na certeza de que globalmente assim se alcançará um melhor desempenho e agilização, com significativos ganhos de eficácia no âmbito da promoção dos direitos e da protecção das crianças e jovens.

---

<sup>1</sup>Adiante designadas apenas por CPCJ.

## **1. INTERVENÇÃO SUBSIDIÁRIA**

**1.1.** As diligências tendo em vista a obtenção do consentimento a que alude o art. 9º da LPCJP e da não oposição a que se refere o art.10º da mesma Lei são da competência das CPCJ, devendo também perante estas ter lugar as correspondentes manifestações de vontade.

§ Nesse âmbito, consideram-se ineficazes quaisquer manifestações de vontade, perante o Ministério Público ou outras entidades, que contrariem aquelas que hajam sido inequivocamente expressas perante a CPCJ, com referência ao mesmo processo ou participação.

§§ Se, após a comunicação, pela CPCJ, da não prestação do consentimento a que alude o art.9º. da LPCJP, vier a ser afirmado perante o Ministério Público, por quem não haja sido antes ouvido na CPCJ, o propósito da prestação desse consentimento, deverá o Ministério Público efectuar àquela a correspondente comunicação, remetendo-lhe o processo.

**1.2.** De harmonia com o princípio da subsidiariedade, não deve o Ministério Público determinar ou promover a devolução do processo de promoção e protecção às CPCJ, excepto quando a sua remessa tiver sido efectuada com desrespeito pelas normas legais aplicáveis.

Nomeadamente, essa determinação ou promoção não deverá verificar-se:

- a) Em contradição com o estabelecido supra em 1.1;
- b) Quando, a respeito do disposto nos arts.9º e 10º da LPCJP, seja o tribunal a obter uma manifestação de vontade que contrarie a que conste expressamente do

processo da CPCJ, devendo, neste caso, o Ministério Público opor-se, pelos meios legais ao seu alcance, à ordem judicial de devolução do processo à CPCJ;

- c) Quando, subsistindo a situação de perigo, for proferida decisão judicial a determinar a cessação da medida de promoção e protecção, com fundamento no decurso do respectivo prazo máximo de duração, devendo, neste caso, o Ministério Público opor-se, pelos meios legais ao seu alcance, à ordem judicial de remessa do processo à CPCJ.

**1.3.** Quando do processo remetido pela CPCJ resultar a existência de indícios bastantes de uma situação de perigo, o Ministério Público deverá imediatamente requerer a intervenção judicial, nos termos do art.73º, nº.1 al. b) da LPCJP.

**1.4.** No âmbito dos processos judiciais de promoção e protecção, o Ministério Público tendo, além do mais, presente o disposto nos arts.7º e 8º do DL nº.332-B/2000, de 30 de Dezembro, deve providenciar, por todos os meios processuais ao seu alcance, pela não solicitação às CPCJ da prática de actos necessários à instrução daqueles processos, bem como pela não designação das CPCJ como entidades encarregues do acompanhamento da execução das medidas de promoção e protecção aplicadas.

## **2. ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DAS CPCJ**

### **2.1. CONSENTIMENTO E NÃO OPOSIÇÃO**

Relativamente à prestação do consentimento a que se alude no art.9º da LPCJP e à não oposição referida no art.10º da mesma Lei, deverão observar-se os seguintes procedimentos:

**2.1.1.** As diligências visando a prestação do consentimento e da não oposição devem realizar-se nos termos do art. 94º da LPCJP, privilegiando-se o contacto pessoal.

**2.1.2.** O consentimento legitimador da intervenção da CPCJ, a que se refere o art.9º da LPCJP, deve ser sempre prestado por ambos os progenitores, ainda que apenas um deles seja titular do exercício das responsabilidades parentais.

**2.1.3.** Ressalvam-se do estabelecido no número anterior, os casos de ausência, mesmo que de facto, por incontactabilidade devida a desconhecimento do paradeiro, ou a outra causa de impossibilidade, e os de inibição do exercício das responsabilidades parentais.

**2.1.4.** O consentimento de quem tem a guarda de facto – ainda que legitimador do impulso e desenvolvimento subsequente do processo – não dispensa a realização de todas as diligências possíveis, em vista do estabelecimento de contacto com ambos os pais e de obtenção da sua anuência para a intervenção.

**2.1.5.** Caso, em qualquer momento do processo, algum dos pais se oponha à intervenção, cessa a legitimidade da CPCJ.

**2.1.6.** Cessa também tal legitimidade sempre que o detentor da guarda de facto retire o consentimento necessário.

## **2.2. APRECIÇÃO DA LEGALIDADE E DA ADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS**

**2.2.1.** Na apreciação da legalidade e adequação das medidas aplicadas pelas CPCJ, o Ministério Público deve atender, em especial, à conformidade legal da prestação do consentimento, à não oposição do jovem (quando necessária), ao registo em acta da aplicação da medida, às formalidades do acordo de promoção e protecção e à proporcionalidade e adequação da medida ao caso concreto.

**2.2.2.** Na apreciação da legalidade e do mérito das decisões das CPCJ que incidam sobre os processos no âmbito dos quais sejam avaliadas situações de crianças e

jovens vítimas de maus tratos, negligência grave e abusos sexuais, praticados no seio da família ou fora dele – conforme ponto 5.2. da Circular da PGR nº.3/2006 – dever-se-ão adoptar os seguintes procedimentos:

- a) Mensalmente, a CPCJ deverá elaborar uma listagem destes três tipos de processos, organizando-os mediante uso de capas com cores diferentes, e apresentando-os, devidamente paginados, ao Magistrado interlocutor, para efeitos de fiscalização;
- b) O Magistrado interlocutor, aquando da deslocação à CPCJ – a efectuar com uma periodicidade mínima mensal – deverá fazer incidir a fiscalização, em particular, nos elementos acima mencionados, mediante a visualização dos respectivos processos, neles apondo um “visto”, datado e rubricado, na última folha do processado;
- c) Tal contacto processual deverá ainda ser registado mediante o preenchimento, pelo Magistrado interlocutor, de uma “Ficha de Fiscalização” individual que fica na posse daquele e que será actualizada nas subsequentes deslocações à CPCJ, até ao arquivamento do processo.

**2.2.3.** Sem prejuízo da obrigatoriedade de efectuar as comunicações nos termos previstos nos arts.68º, 69º, 70º e 71º, nº.2 da LPCJP, na apreciação da legalidade e adequação das restantes decisões, a CPCJ e o Magistrado interlocutor acordarão os critérios, a forma, a periodicidade e o local onde deverá ter lugar a fiscalização.

## **2.3. FISCALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PROCESSUAL**

**2.3.1.** O Magistrado interlocutor deve verificar a observância das determinações legais, nomeadamente as respeitantes ao registo e tramitação dos processos de promoção e protecção pendentes nas CPCJ, às comunicações obrigatórias e à instrução, execução e revisão das medidas aplicadas.

**2.3.2.** Para concretização da fiscalização da actividade processual pelo Ministério Público, a CPCJ:

- a) Remete ao Ministério Público o processo nas situações previstas nos arts.95º (falta/retirada do consentimento ou oposição do menor, quando relevante), 98º, nº 4 (falta de acordo), 68º al. a) (situações em que considerem adequado o encaminhamento para adopção) e ainda nas situações em que o Magistrado interlocutor proceda à respectiva requisição, nos termos previstos no art.76º, nº 3 da LPCJP;
- b) Comunica ao Ministério Público, nos demais casos.

### **3. COMUNICAÇÕES**

**3.1.** Sempre que a CPCJ efectue comunicação obrigatória ao Ministério Público deverá fazê-la acompanhar de cópia da respectiva deliberação devidamente fundamentada.

**3.2.** Sempre que, com base em comunicação obrigatória que lhe haja sido efectuada, o Ministério Público requeira a instauração de procedimento judicial de promoção e protecção ou de natureza tutelar cível, deverá dar notícia à respectiva CPCJ de tal instauração.

Do mesmo modo, deve o Ministério Público comunicar à CPCJ a instauração e a decisão final de “procedimento administrativo” originado em expediente remetido por aquela.

**3.3.** Nas situações de maus tratos, negligência grave e abusos sexuais, a CPCJ deve, de imediato e em simultâneo:

- a) Efectuar a correspondente participação criminal, nos termos do art.70º da LPCJP, ao Ministério Público competente para o inquérito - crime;
- b) Comunicar ao Magistrado interlocutor a instauração do processo de promoção e protecção, prestando informação sobre os elementos já recolhidos.



**3.4.** O Magistrado interlocutor deve, por seu turno, providenciar no sentido da estrita observância do estabelecido em 3.3, para ficar desde logo habilitado a exercer, relativamente ao caso, as atribuições referidas no art.72º da LPCJP, bem assim como a interagir imediatamente com o Magistrado titular do inquérito - crime, atento o constante do ponto 5.4. da Circular da PGR nº.3/2006, de 20 de Março, de modo a garantir a rápida articulação entre as intervenções no domínio da promoção e protecção e no âmbito penal.

**3.5.** Recebida comunicação de situação de criança acolhida sem medida aplicada, nos termos do art. 65º, nº 3 da LPCJP, deve o Ministério Público diligenciar, conforme os casos, pela instauração de processo judicial de promoção e protecção, ou pela instauração de processo tutelar cível.

**3.6.** Recebida comunicação de situação de adoptabilidade feita pela CPCJ, nos termos do art.68º al. a) da LPCJP, ou pelas entidades de infância e juventude, conforme estabelecido no art.65º, nº.2 da mesma lei, o Ministério Público deverá considerar as necessidades de urgência e de articulação dos procedimentos legais aplicáveis, que a situação justifique.

**3.7.** A comunicação efectuada, nos termos do art.68º al. d) da LPCJP não implica nem impõe a remessa ao Ministério Público do respectivo processo, o qual deve continuar a sua tramitação, conforme disposto no art.71º, nº.1 da mesma Lei.

**3.7.1.** Caberá, porém, ao Ministério Público, no exercício das competências que lhe são conferidas pelo art.72º, nº2 da LPCJP, recebida tal comunicação, apurar das razões da demora e dos eventuais constrangimentos existentes e obter da CPCJ um “plano de recuperação” ou de “aceleração” dos processos que estejam naquelas condições.

**3.8.** Recebida comunicação de acolhimento, nos termos do art.91º da LPCJP, o Ministério Público deve, sem apreciação prévia, instaurar, nos termos do art.92º da mesma lei, procedimento de confirmação.

### **3.9. PROVIDÊNCIAS TUTELARES CÍVEIS**

**3.9.1.** As CPCJ deverão ter em conta que as crianças e jovens em benefício das quais foi instaurado processo de promoção e protecção e no termo deste, sempre que não fiquem ao cuidado dos pais, carecem da instauração de providência tutelar cível, nos termos dos arts.146º a 210º do DL n.º.314/78, de 27 de Outubro e do art.69º da LPCJP.

**3.9.2.** Competindo às CPCJ, nos termos do art.69º da LPCJP, comunicar ao Ministério Público as situações que justifiquem a instauração de acção tutelar cível, deverão ambas as entidades, na medida do possível, ajustar entre si procedimentos que evitem o hiato susceptível de ocorrer entre a cessação da medida de promoção e protecção e o decretamento da providência cível adequada ao caso.

Esta Directiva é feita em dois exemplares que são assinados e rubricados pelos representantes máximos das duas entidades subscritoras.

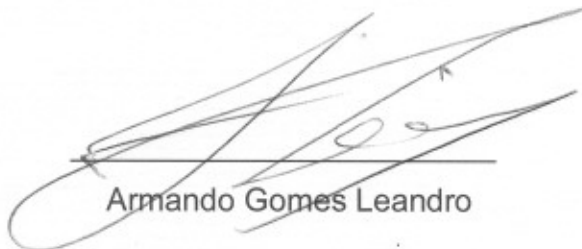
Lisboa, 23 de Junho de 2009

O Procurador-Geral da República



Fernando José Matos Pinto Monteiro

O Presidente da CNPCJR



Armando Gomes Leandro